

VOTO DE CONDENAÇÃO Nº 239/XIV

Pela violação dos direitos humanos, ataque à democracia representativa e judicialização da política na Venezuela

O CDS tem acompanhado, desde o início, com especial atenção, a crise económica, social e democrática em que está mergulhada a Venezuela, em consequência da política levada a cabo por Hugo Chávez e Nicolás Maduro. Particularmente, com elevada preocupação, nos impactos que a mesma tem na comunidade portuguesa e nos lusodescendentes.

Não obstante a constante repressão, os vários encerramentos de órgãos de comunicação social, as diversas detenções de jornalistas, que endureceram durante a pandemia, na última semana o mundo tomou conhecimento de mais 3 acontecimentos que violam os direitos humanos, atacam a democracia representativa e consubstanciam-se numa judicialização da política.

A 26 de maio, o Supremo Tribunal de Justiça da Venezuela invalidou a tomada de posse de Juan Guaidó como presidente da Assembleia Nacional, apesar do Deputado ter sido reeleito em janeiro deste ano, com o voto favorável de 100 dos 167 deputados da Assembleia Nacional da Venezuela, numa cerimónia realizada na sede de um jornal, após terem sido impedidos de entrarem na Assembleia por policiais e defensores do regime chavista.

O Supremo Tribunal reconheceu como presidente Luís Parra, que apenas foi eleito por cerca de 60 Deputados, sem a existência de quórum mínimo de eleição, que é de 84.

Um dia antes, o Ministério Público Venezuelano solicitou ao Supremo Tribunal de Justiça que declare o partido Vontade Popular, do qual fazem parte Juan Guaidó e Leopoldo López, “organização criminosa com fins terroristas”, o que poderá implicar na sua dissolução.

Posteriormente, a 30 de maio, a oposição venezuelana denunciou que um membro da equipa de Juan Guaidó, a mulher e os filhos, um deles menor, foram detidos pelas Forças de Ações Especiais.

Pelo exposto a Assembleia da República decide condenar as mais recentes violações dos direitos humanos, ataques à democracia representativa e judicialização da política na Venezuela.

Assembleia da República, 1 de junho de 2020

Os Deputados
Telmo Correia,
João Gonçalves Pereira,
Cecília Meireles,
Ana Rita Bessa
João Almeida,